# Mais um ano de elevadas importações

*A baixa disponibilidade de dados relativos ao consumo de alimentos dificulta a tarefa de prognosticar qual a amplitude do impacto sobre o abastecimento caso ocorra, de fato, ganho no poder aquisitivo da população decorrente da implementação do Plano Real.*

Estudos sobre a demanda do arroz em geral apontam para a inelasticidade da procura em resposta a variações de preço ou renda, o que sugere que qualquer ganho de renda tenderia a ser deslocado para produtos com elasticidade-renda maior, neste caso carne bovina, leite, ovos, frutas e hortaliças.

Entretanto, apesar deste comportamento clássico da demanda do arroz, deve-se levar em conta que uma parcela expressiva da população brasileira tem neste alimento uma de suas principais fontes nutricionais, e que apesar da tradicional rigidez na procura, este largo segmento vem restringindo, nos últimos anos, por questões de renda, a aquisição do cereal. Portanto, uma recomposição do consumo proveniente desta parcela da população deve ser esperada, não se sabendo ao certo em que magnitude este aumento ocorrerá.

De qualquer forma, nem o mercado nem a própria Conab esperam que o aumento no consumo atinja uma proporção elevada. A Conab, por exemplo, estima que, em 1994, a expansão no consumo alcance de 1% a 3% sobre o nível do ano passado, o que equivale, em média, a 230 mil toneladas de arroz em casca a mais. Os cerealistas de São Paulo concordam com as expectativas da Conab, ou seja, não acreditam que irá ocorrer uma "explosão" de consumo à semelhança do que aconteceu em 1986, ano do Plano Cruzado.

**Arroz**

Evolução da área e produção irrigada — período 1990-94

| Anos | Área (ha) | Produção (t) |
|---|---|---|
| 1990 | 969.973 | 4.351.842 |
| 1991 | 1.111.346 | 5.199.703 |
| 1992 | 1.212.265 | 5.988.898 |
| 1993 | 1.296.706 | 6.352.562 |
| 1994 | 1.182.334 | 6.796.147 |

Fonte: IBGE.

Num movimento inverso, os atacadistas de São Paulo têm detectado, às vésperas da entressafra, que o consumidor, com a estabilidade dos preços, deixa de concentrar as compras no dia do pagamento dos salários, passando a distribuí-las ao longo do mês, tornando a procura mais regular e conferindo maior equilíbrio ao mercado.

De qualquer forma, é preciso levar em conta a probabilidade de o crescimento no consumo atingir nível acima do esperado. Neste caso, os fatos do mercado conferem uma certa tranqüilidade. O quadro de suprimento indica um estoque de passagem suficiente para 1,2 meses de consumo, na hipótese conservadora de o consumo crescer apenas 1% em relação ao ano anterior. Neste caso, este estoque de passagem também representa cerca de 10% do total consumido em 1993.

Caso seja necessário intensificar as entradas de produto importado, as condições do mercado internacional estão mais favoráveis, após o término das compras japonesas. A este respeito, as últimas informações do Usda com relação à safra japonesa de 1994 apontam para uma sensível recuperação, devendo alcançar cerca de 13,6 milhões de toneladas, contra 7,8 milhões de toneladas em 1993. Isto deverá limitar a influência do Japão no mercado internacional no próximo ano, uma vez que suas compras não deverão ultrapassar 400 mil toneladas em 1995.

**Na década de 80, Goiás chegou a produzir, 1,5 milhão de toneladas Hoje, a produção do estado não ultrapassa 450 mil toneladas.**

Com relação ao desempenho da atividade em período recente, a presença no mercado internacional, na condição de importador, e a concorrência com o produto oriundo do Mercosul a preços muito competitivos, causando descontentamento no meio produtor, caracterizaram o subsetor em 1993.

Com o decréscimo paulatino da produção de sequeiro dos estados centrais, que tem como grande entrave à sua expansão e desenvolvimento o gargalo existente na demanda (o mercado nos grandes centros urbanos do Centro-Sul é praticamente dominado pelo arroz agulhinha), configurou-se mais uma vez, no ano passado, um quadro deficiente de suprimento, levando o país a realizar, pelo quarto ano consecutivo, maciças importações do produto. Como se sabe, o início dos anos 90 foi assinalado pela perda da auto-suficiência, após vários anos de safras abundantes e estoques de passagem avolumados.

Para ilustrar o declínio da produção de sequeiro nos estados centrais toma-se como exemplo o estado de Goiás. Este estado que, em meados da década de 80 alternava com o Maranhão a posição de segundo maior estado pro-

dutor, seguindo o Rio Grande do Sul, chegou a produzir, fortemente amparado pela política agrícola vigente na época, cerca de 1,5 milhão de toneladas. A retirada do governo do cenário da comercialização naquela região expôs a produção de sequeiro àquele que é agora o seu maior desafio: o mercado. Na falta de comprador, a produção caiu sensivelmente: Goiás tem produzido anualmente apenas 450 mil toneladas (média dos últimos quatro anos).

De acordo com o Ipea, o Brasil é um dos poucos países que investe em pesquisa de arroz de sequeiro. O esforço de adaptar o sistema produtivo às condições regionais encontradas (e não o contrário, como muito se faz) é, de fato, interessante. Além disso, os resultados obtidos têm sido muito promissores. Entretanto, estes esforços tenderão a se anular, se continuarem a vir desvinculados de uma ação visando a aumentar a capacidade de competição do arroz de sequeiro, tanto no que se refere aos custos de colocação, quanto aos aspectos mercadológicos propriamente ditos, este último item devendo partir do próprio setor privado envolvido.

Esta característica de segmentação no mercado de arroz levou a uma condição paradoxal: apesar da alta capacidade de produção como um todo, tem-se recorrido sistematicamente ao mercado externo para complementar o quadro tradicionalmente apertado entre oferta e demanda do arroz agulhinha. No ano passado, as importações atingiram aproximadamente 850 mil toneladas, das quais 550 mil toneladas provenientes do Mercosul.

Tradicionalmente, os preços no mercado brasileiro eram balizados por parâmetros internos (oferta e demanda, disponibilidade de crédito oficial para estocagem privada etc.). Nas eventuais crises de escassez, quando era necessário recorrer ao mercado externo, as internalizações em geral se efetuavam com alguma proteção, contida nas tarifas de importação. Com a integração no Mercosul, os preços passaram também a ser influenciados pela oferta de excedentes produzidos nos demais países do bloco, sobretudo Argentina e Uruguai, parâmetro que se atrela, por sua vez, ao próprio nível da demanda brasileira.

A experiência da integração no Mercosul, iniciada no ano passado (quando a taxação média em plena safra foi baixíssima e não havia limite quantitativo para as importações), como era de se esperar, não se mostrou vantajosa para o setor rural. A entrada maciça do produto importado com cotações de 5 a 10% inferiores às praticadas internamente, durante a safra de 1993, exerceu forte pressão baixista sobre os preços, causando descontentamento no setor produtivo. Como, em 1994, aguarda-se uma comercialização melhor, alguns técnicos receiam que possa haver um esfriamento nas discussões sobre a política agrícola comum, no âmbito do Mercosul, adiando importantes questões comerciais que ainda estão por ser debatidas no interior do bloco comercial.

ELIANA CONDE B. VIGLIO

## MILHO

# Abastecimento sem problemas no ano-safra 1993/94

*A cada novo ano, repete-se o temor de o país não conseguir dispor de produção interna de milho suficiente para as suas necessidades. Na atual temporada, porém, existe a perspectiva de que o abastecimento venha a ser assegurado quase que exclusivamente pela colheita da safra 1993/94, que deverá ser 10% maior do que as 29,2 milhões de toneladas obtidas na precedente, segundo dados da Conab.*

A explicação para este bom resultado vem de duas frentes distintas. Em primeiro lugar, a colheita do Norte-Nordeste está estimada em patamar substancialmente maior do que o registrado em 1992/93, quando não alcançou 1,3 milhão de toneladas. De fato, a previsão atual de 3,4 milhões de toneladas, ainda não significa auto-suficiência local, uma vez que, *grosso modo*, estima-se que o consumo da porção setentrional oscile entre 11% e 15% do consumo total do país. Por outro lado, indubitavelmente representa um desafogo para o quadro de suprimento do país como um todo.

Em segundo lugar, a colheita da segunda safra (ou *safrinha*) no Centro-Sul dará um reforço ao suprimento de pouco mais de 2 milhões de toneladas (o equivalente a 7% da primeira safra). É de se ressaltar, contudo, que o